

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA MARCHA SEM SENTIDO PARA A EDUCAÇÃO

BRASIL, A. C¹.

¹ Universidade Católica de Brasília - UCB, alexcruzbrasil@gmail.com

Palavra-chave: Escolas Cívico-militares; Militarização; Educação

O estudo discute o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (PECIM) que consistiu na transformação de escolas públicas em militarizadas numa política pública nacional em educação (Santos, 2021) desenvolvida no governo Bolsonaro (2019-2022). Dessa forma, o Ministério da Educação transferiu recursos para pagamento dos(as) militares envolvidos(as) no programa e as responsabilidades da gestão escolar para membros militares, escolhidos(as) pelo Ministério da Defesa em detrimento de investimentos diretos na educação e valorização da carreira docente. O trabalho parte da análise deste modelo de educação implementado de 2019 a 2023, buscando compreender sua complexidade histórica, constitutiva, legal, por meio das publicações científicas sobre o tema e resultados em índices dos órgãos oficiais de ensino. Trata-se de uma abordagem qualitativa, com análise documental de publicações científicas, documentos oficiais do programa e dados de órgãos de ensino. O recente fenômeno de militarização das escolas públicas está ligado à recente onda de conservadorismo e radicalização de grande parte da sociedade que tem optado por um retrocesso em educação e o retorno de práticas autoritárias e disciplinadoras em vez de concepções emancipadoras, de liberdade e de dialogismo. Tais processos se desenvolvem a partir de 2013, e resultaram em vários movimentos de ataque à educação como o Movimento do Escola sem Partido (ESP), propostas como o do *homeschooling*, medidas de privatização do ensino e o crescimento de escolas cívico-militares. A militarização nas escolas gera um controle disciplinar opressivo com regras absurdas que subtraem as individualidades. A organização dos espaços educativos e parte dos horários de aula são destinados às chamadas “ordens do dia”: formação em pátios para instruções dos militares todos os dias antes das aulas. Os militares também atuam como professores no chamado “Projeto Valores” segundo o Manual das Escolas Cívico Militares (p. 70, 2021), conduzindo turmas em uma vez por semana sobre valores cívicos, patriotismo, ética, comportamentos etc. As escolas cívico-militares se apresentam de diferentes formas, mas representam, segundo majoritariamente os pesquisadores analisados, uma militarização da educação pública. A educação pública brasileira exerce um papel importante na vida de seus (suas) estudantes, não só na formação cidadã, instrucional. Nesse sentido, as escolas deveriam ser espaços abertos, dialógicos, comunidades educativas de



I SEMINÁRIO NACIONAL DO ONVE

Educação democrática,
direitos humanos e
enfrentamento às violências

24, 25 e 26 / novembro

UFF - Niterói

pertencimento e refúgio; e não locais de exclusão e opressão operadas pelas mesmas corporações que fora dos muros escolares, agem com violência contra esses jovens como se mostra nas duras estatísticas de homicídios de crianças e adolescentes negros (as) e periféricos (as). Os documentos norteadores das escolas cívico-militares expressam uma mudança política em educação para posições conservadoras, antidemocráticas e autoritárias. Tais mudanças se chocam com as reais necessidades educacionais, as normas educacionais e a diversidade da escola pública do país. Motivações políticas, programas exclusivos em educação não deveriam configurar políticas públicas nacionais. A educação necessita de investimento, valorização de seus profissionais e projetos democráticos, universais e alinhados aos princípios e direitos constitucionais (liberdade de aprender, ensinar, pluralismo de ideias, gestão democrática e valorização dos profissionais de educação).

Agradecimentos: ONVE.



observatório nacional da
violência contra educadoras/es